

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Andressa Gabrielly Januário de Oliveira

RACISMO NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Luiz Flávio Neubert

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **ANDRESSA GABRIELLY JANUÁRIO DE OLIVEIRA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202073052A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **RACISMO NO BRASIL DO SÉCULO XXI**, desenvolvido durante o período de 11/03/2024 a 27/09/2024 sob a orientação de LUIZ FLÁVIO NEUBERT, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 05 de Julho de 2024.

ANDRESSA GABRIELLY JANUÁRIO DE OLIVEIRA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

RACISMO NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Andressa Gabrielly Januário de Oliveira¹

RESUMO

Esse artigo apresenta uma análise sobre a construção social e racial no contexto brasileiro, demonstrando como o racismo é enraizado em estruturas econômicas e culturais que permeiam todas as esferas da sociedade. Para isso foram selecionados textos que abordam a persistência do racismo no Brasil contemporâneo, destacando sua manifestação em diversas áreas, como no mercado de trabalho, na educação e na justiça. Também será abordada a importância de reconhecer e enfrentar as estruturas históricas e sociais que perpetuam o racismo, além de discutir a necessidade de promover a igualdade racial por meio de políticas públicas, educação antirracista e conscientização social, em combate à discriminação institucional e à ampliação da representatividade negra. As construções sociais sobre classes, raças, gênero, etnicidade e identidade serão um dos conceitos principais que estarão sendo mencionados neste artigo. Além disso, é crucial incentivar o diálogo intercultural e promover o respeito à diversidade como valores fundamentais da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Sociedade. Classes. Desigualdade. Gênero.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o racismo como um fenômeno histórico e social que se desenvolveu a partir do surgimento da categoria raça na modernidade. O objetivo é analisar a persistência do racismo, como ele se manifesta em instituições brasileiras, incluindo a educação, o mercado de trabalho, e sistemas de saúde e de justiça. A fim de identificar e avaliar políticas públicas e iniciativas sociais para combater o racismo e promover a igualdade racial, tais como as cotas raciais em universidades e no serviço público. Diante disso é também importante estudar a representação midiática e as culturas que demonstram como a mídia e o conhecimento popular no Brasil retratam questões raciais, buscando compreender como essas representações impactam a percepção pública sobre raça e racismo, de modo a explorar o papel dos movimentos sociais e do ativismo, examinar as experiências pessoais e coletivas e propor soluções e recomendações. Desse modo, o trabalho será dividido nas seguintes seções: 1. O que é Racismo? 2. Racismo no Brasil; 3. Casos concretos divulgados na mídia; 4. Como estes casos representam a questão maior do racismo brasileiro.

Para Schucman (2010), o fenômeno do racismo, historicamente enraizado em ideologias de dominação e exclusão, emerge como uma construção social complexa, intrinsecamente ligada ao surgimento da categoria de raça na modernidade. Este conceito tornou-se fundamental para justificar práticas opressivas como a escravidão dos povos africanos, a colonização e a expansão do capitalismo, além de sustentar a ideia de pureza racial, que culminou no genocídio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. A partir do século XVI, com o contato europeu com diversas populações ao redor do mundo, as ideias raciais começaram a ser sistematizadas, ganhando força no século XIX com a consolidação das teorias científicas sobre a raça. De acordo com Schucman:

Considero racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça. Pois, mesmo que essa ideia não tenha nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à “raça” significa legitimar diferenças sociais a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Luiz Flávio Neubert.

biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais (SCHUCMAN, 2010, p. 44).

Ao longo da história, desempenhou - se um papel crucial na formação de uma identidade coletiva entre os negros no Brasil, apesar das vastas diferenças culturais, sociais e regionais que existem entre eles. Embora essas diferenças sejam significativas, o racismo tem o poder de uniformizar a percepção externa dos negros, apresentando-os como um grupo homogêneo, através da população, mesmo que essa homogeneidade não corresponda à realidade vivida por indivíduos de diferentes contextos.

O QUE É RACISMO?

O racismo é um conceito complexo e multifacetado, que se manifesta em diversas formas e contextos. Ele pode ser entendido como um sistema de crenças, atitudes e ações que discrimina indivíduos ou grupos com base em suas características raciais ou étnicas. Historicamente o racismo tem suas raízes em ideologias de superioridade racial, que foram utilizadas para justificar a escravidão, a colonização e outras formas de opressão. Durante séculos, grupos dominantes construíram narrativas que atribuíram inferioridade a determinados povos, principalmente negros, indígenas e outras etnias para manter sistemas de poder e exploração. Essas ideologias foram institucionalizadas em leis, políticas e práticas sociais. Durante o século XX, o racismo passou a ser mais amplamente reconhecido como uma violação dos direitos humanos. O conceito foi definido de várias formas ao longo do tempo, mas de maneira geral, pode ser entendido como a crença na superioridade de uma raça sobre outra, o que leva à descriminalização e ao preconceito racial. Lia Vainer Schucman define que o racismo é encontrado em fatos sociais e históricos, que são completamente configurados a partir do surgimento da modernidade. Segundo a autora:

Desta forma, o racismo é mais especificamente entendido como uma construção ideológica, que começa a se esboçar partir do século XVI com a sistematização de ideias e valores construídos pela civilização europeia, quando estes entram em contato com a diversidade humana nos diferentes continentes, e se consolida com as ideias científicas em torno do conceito de raça no século XIX (SCHUCMAN, 2010, p. 43).

Arendt (1989) (apud SCHUCMAN, 2010, p. 44) demonstra que a ideologia racial influenciou as nações europeias, transformando - se em um instrumento de destruição, pois racistas, apesar de parecerem ultranacionalistas, foram os piores patriotas ao negarem a igualdade e solidariedade entre os povos, princípios fundamentais das nações. A autora afirma que:

Portanto, a ideologia racial passou a acompanhar o desenvolvimento da comunidade das nações europeias até se transformar em instrumento de destruição das mesmas, pois, Segundo Arendt (1989), ainda que historicamente os racistas assumissem posições aparentemente ultranacionalistas, eles acabaram por ser “piores patriotas que os representantes de todas as outras ideologias internacionais; foram os únicos que negaram o princípio sobre o qual se constroem as organizações nacionais de povos – o princípio de igualdade e solidariedade de todos os povos, garantido pela idéia de humanidade (1989:63) (SCHUCMAN, 2010, p. 44).

Durante o século XX, aconteceu a luta pelos direitos civis, especialmente nos Estados Unidos, com figuras icônicas como Martin Luther King Jr, Malcolm X e Rosa Parks. Movimentos revolucionários conseguiram importantes vitórias legais, como a dessegregação e a proibição da discriminação racial, mas o racismo persistiu de várias formas, seja de maneira explícita ou implícita. Durante o Século XX, a biologia e a genética demonstraram que a raça não tem base biológica, pois marcadores genéticos não são exclusivos de uma raça. Mesmo assim, a ideia de raça persiste, marcando pessoas cotidianamente (SCHUCMAN, 2010),

sendo utilizado de várias maneiras, desde o nível individual até o institucional. No nível individual, o racismo pode ser expresso através de atitudes, crenças e comportamentos discriminatórios. Isso inclui estereótipos negativos, insultos raciais, micro agressões e violência física. Já no nível institucional, o racismo é incorporado nas políticas, práticas e normas das instituições sociais, como escolas, locais de trabalho, sistema de justiça criminal e setor de saúde. Essas práticas muitas vezes resultam em desigualdade de oportunidades e resultados para os grupos raciais marginalizados. Por exemplo, a segregação escolar e residencial, as disparidades na aplicação da lei e as diferenças no acesso à saúde são manifestações de racismo institucional.

O conceito de racismo, desenvolvido por volta de 1920, tem sido objeto de inúmeras interpretações e definições, refletindo a complexidade e a diversidade de percepções sobre o tema. Em sua essência, o racismo é uma ideologia que postula a existência de raças humanas distintas, hierarquizadas e caracterizadas por atributos físicos, intelectuais e morais específicos. Esta ideologia sustenta que as características por atributos físicos hereditários determinam as qualidades psicológicas, morais e intelectuais dos indivíduos, situando - os em uma escala de valores desiguais. No entanto, o racismo não se limita apenas às diferenças físicas, ele também abrange aspectos socioculturais, linguísticos e religiosos, formando assim, uma concepção ampliada de “raça” no imaginário racista (MUNANGA, 2023).

Historicamente, o racismo possui duas origens principais. A primeira é de natureza mítica, baseada no relato bíblico sobre Noé e seus filhos. Segundo a bíblia, Noé amaldiçoou o seu filho Cam, decretando que os seus descendentes seriam servos dos descendentes dos seus irmãos, Jafé e Sem. Este argumento foi utilizado pelos calvinistas para justificar a escravidão e o racismo contra os negros. A segunda origem do racismo está associada ao modernismo ocidental e à classificação científica das raças, baseada em características físicas como cor da pele e traços morfológicos. Esta perspectiva “científica” alegava que tais características influenciam de maneira irrevogável os comportamentos dos povos, consolidando a ideologia racista e proporcionando uma justificativa “racional” para a discriminação racial. De acordo com Munanga:

Insisto sobre o fato de que o racismo nasce quando faz-se intervir caracteres biológicos como justificativa de tal ou tal comportamento. É justamente, o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores (MUNANGA, 2023, p. 6).

O racismo é, portanto, um fenômeno complexo, enraizado em mitos históricos e na pseudociência, continuando a impactar as relações sociais e a perpetuar desigualdades.

RACISMO NO BRASIL

O racismo no Brasil é um fenômeno muito comum em nossa história. Originado no período colonial, quando milhões de africanos foram trazidos como escravos, o racismo institucionalizou - se e perdeu mesmo após a abolição da escravatura em 1888. Apesar dos avanços sociais e legislativos, ainda persistem diversas formas de discriminação racial. A população negra enfrenta desigualdades estruturais em áreas como educação, saúde, emprego e segurança. A luta contra o racismo envolve não apenas políticas públicas, mas também uma mudança cultural e educacional para promover a igualdade e o respeito à diversidade racial. Diante disso, debateu-se sobre o conceito de raça no Brasil para reconhecer o sistema estrutural da sociedade brasileira. Este debate, que tem se intensificado nas últimas décadas, inicialmente focou no estudo dos grupos de cor, uma abordagem baseada nos fenótipos e na posição social dos indivíduos, sem uma discussão aprofundada do conceito de raça (SILVA, 2000). “Muitos pesquisadores não foram tão explícitos, mas o estudo dos grupos de cor pressupunha um processo de assimilação da população negra, excepcionalmente na tentativa de extirpar elementos inferiores do cenário nacional” (SILVA, 2000, p. 101). A principal justificativa para a negação da existência das raças no Brasil foi a suposta “brandura” das relações

entre brancos e negros e o processo de embranquecimento, visto como um estágio de ascensão social do ex - escravo, que era considerado inferior. Para Silva (2000), muitos pesquisadores evitaram abordar diretamente o conceito de raça, justificando essa omissão pela repulsa ao racismo ou pelo medo de que a discussão ratifique as desigualdades.

A luta atual daqueles que reconhecem as desigualdades no Brasil é justamente defender a importância do estudo da questão racial e do conceito de raça. Guimarães (1995) menciona que a questão racial é frequentemente disfarçada como questões de classe, gênero e outras, escondendo o racismo sob a ideologia da democracia racial e a defesa do embranquecimento. A ideologia do embranquecimento é uma das mais cruéis expressões do racismo no Brasil, pois ela favorece a falta de identidade de uma raça ao imputar - lhe um modo de identificação que não é correspondida. Além disso, retira do cenário nacional a discussão sobre a questão racial, ao defender a ideia de ausência de raças e fazer apologia da cordialidade entre brancos e negros, excluindo a possibilidade de conflitos. Contudo, apenas o branco é sinônimo de valores positivos, tanto nos aspectos mais elementares do cotidiano, quanto nos relacionados ao status social. Por exemplo, se um negro quiser fazer parte do estrato superior, deve abdicar de sua raiz "inferior" e tornar - se "branco" (SILVA, 2000). O processo de branqueamento implica a negação das características consideradas não - nobres e a adesão aos valores dominantes. Essa ideologia previa o desaparecimento do negro enquanto raça, mas, na verdade, houve um aumento do número de mestiços no Brasil e um decréscimo no número de brancos e pretos (SILVA, 2000). (ANDREWS, 1998) afirma que ocorre um processo de "bronzeamento" da população, em vez do desejado branqueamento. Segundo as pesquisas:

Esse aumento do número de mestiços não possibilitou a ascensão social prometida. Poucos mulatos ascenderam, como mostra a análise do Censo de 1940 e 1980. Durante esse período, a população parda cresceu de 21,2% para 38% da população nacional, enquanto os brancos declinaram de 63,5% para 54,2% e os pretos de 14,6% para 5,9%. A mobilidade ascendente dos afro-brasileiros não foi suficiente para reverter essa tendência (ANDREWS, 1998, p. 387).

O processo de embranquecimento no Brasil é visto como um dos estágios mais cruéis do racismo no país, refletindo a ausência de apoio institucional e comunitário para a população negra. Além de não receberem suporte governamental, os negros enfrentam a competição no mercado de trabalho em condições desvantajosas em comparação aos brancos. Assim, o embranquecimento é uma resposta à marginalização sistemática, onde o distanciamento das raízes e características culturais negras é visto como uma estratégia de sobrevivência e aceitação social.

A identidade racial de um indivíduo pode ser compreendida a partir de duas perspectivas distintas. A primeira refere-se às evidências externas, ou seja, ao fenótipo do indivíduo, que inclui características físicas como cor da pele, traços faciais, tipo de cabelo, entre outros. Essas características são frequentemente usadas para identificar e categorizar pessoas em diferentes grupos raciais. A segunda perspectiva está relacionada ao pertencimento a um grupo racial ou étnico específico, definido por uma série de características culturais, históricas e sociais que distinguem esse grupo de outros. Esse pertencimento é muitas vezes uma construção social e cultural, que vai além das aparências físicas e envolve a auto identificação e o reconhecimento por parte dos outros como membro de uma comunidade específica. Assim, a identidade racial é uma combinação complexa de fatores biológicos e sociais, refletindo tanto a aparência física quanto o contexto cultural e histórico do indivíduo (SILVA, 2000). De acordo com Silva:

Assim, assumir a existência do preconceito no Brasil não é tão difícil como reconhecer a discriminação racial. Muitos pesquisadores e a própria sociedade reconhecem a presença do preconceito racial, contudo, no nível individual e não no estrutural, que se reflete na discriminação racial (SILVA, 2000, p. 106).

Ao longo da história, foram criadas teorias voltadas para a presença dos negros na sociedade priorizaram a análise de classe em detrimento da questão racial. Segundo essas teorias, a posição dos negros na hierarquia social era vista como uma consequência direta de sua cor de pele, sendo que a pigmentação mais escura era associada à escravidão e, por extensão, à inferioridade social. Assim, justificava-se a posição desfavorecida dos negros na sociedade. Além disso foram sugeridas que o processo de miscigenação e o consequente embranquecimento dos negros poderiam proporcionar-lhes melhores oportunidades de ascensão social, uma vez que se afastariam da cor que remetia à escravidão e à marginalização. Nas relações raciais no Brasil, houve uma confusão entre discriminação por motivos raciais e por razões de classe social (SILVA, 2000). A visão tradicional de GUIMARÃES, (1995) prevaleceu e propõe o resgate do conceito de raça, argumentando que este, juntamente com os fundamentos das desigualdades sociais, oferece uma compreensão mais profunda e adequada do tema, em contraste com o enfoque limitado nas classes sociais e na posição socioeconômica. De acordo com Guimarães:

Com o declínio do prestígio das teorias racialistas no Brasil, a partir dos anos 40, desaparece - pelo menos no nível do discurso e da consciência os apelos a teorias racialistas na definição da cor, tal como a teoria que explicava pela reversão a fixação de caracteres somáticos, fenótipos e de caráter. Os grupos de cor passam a ser pensados em termos de senso comum como enquadrando apenas características fenotípicas, desaparecendo a sua explicitação racialista e sustentando - se apenas numa ideologia da espontaneidade e obviedade de nossas percepções cromáticas e físicas (GUIMARÃES, 1996, p. 144).

A ascensão social de pessoas negras, particularmente de mulheres negras que conquistaram mobilidade por meio da educação formal, desafia o senso comum associado à ideologia do embranquecimento, o que poderia facilitar uma auto-identificação diferente, elas reafirmam com convicção sua identidade étnica. Essa reafirmação não se baseia apenas na aparência física, mas principalmente na consciência adquirida ao longo de suas trajetórias, que as conecta profundamente à sua ancestralidade e fortalece seu pertencimento étnico. Assim, suas experiências revelam uma perspectiva que valoriza e preserva a identidade negra, mesmo diante de uma ascensão social que, segundo certas ideologias, poderia sugerir o contrário. "O processo de embranquecimento - enaltecido ao longo da história dos estudos das relações raciais, como elemento de ascensão social - teve poucos resultados nesta perspectiva" (SILVA, 2000, p. 109-110). As desigualdades sociais no Brasil, embora frequentemente associadas à classe social, são na verdade um fenômeno multifacetado que abrange diversos aspectos além da dimensão econômica. Nas últimas décadas, estudiosos têm argumentado que a análise das desigualdades deve ir além do reducionismo econômico, levando em conta fatores como gênero, raça e religião, que exercem um papel significativo na perpetuação dessas desigualdades. Ao reconhecer a complexidade dessas interseções, torna-se possível compreender de forma mais abrangente os mecanismos que sustentam as disparidades sociais e buscar soluções mais eficazes para combatê-las.

A ideologia de que as distâncias sociais são motivadas apenas pela questão econômica é fortemente sustentada pela bandeira da falsa democracia racial. Está arraigada no pensamento social brasileiro a idéia de que o pobre é o único responsável por sua posição social, assim como o negro em relação à pobreza, remetendo ao injustiçado a responsabilidade pela própria posição (SILVA, 2000, p. 110).

O sociólogo Donald Pierson (1945) argumentava que a posição social inferior do negro no Brasil pós-escravidão era consequência natural da transição recente da escravidão para a liberdade. Segundo ele, essa condição justificava as desigualdades persistentes, que precisam de mais tempo para serem superadas. No entanto, Pierson acreditava que a responsabilidade por essa superação recaía sobre o próprio indivíduo negro, sendo sua ascensão social uma questão de sua habilidade e esforço pessoal, sem levar em conta as barreiras estruturais e o racismo institucionalizado que perpetuavam essas desigualdades. De acordo com o autor:

Assim, embora a Bahia esteja dividida de modo definido em classes 'superiores' e 'inferiores', que ocupam áreas bastante distintas da cidade e estas classes e divisões geográficas tendem a corresponder aproximadamente às divisões de cor, pode-se notar algumas exceções importantes, cujo aparecimento indica classe mais que como base da organização social (PIERSON, 1945, p. 78).

Nos anos 50, o Brasil, até então visto como um paraíso racial sem preconceitos, na verdade enfrentava sérios problemas de discriminação racial, especialmente no que tange à precarização da vida da população negra. Enquanto algumas dessas pesquisas apontaram para a discriminação racial como um fator crucial que dificultava a vida da população negra, outras tentaram relativizar ou negar o impacto desse preconceito, criando um panorama complexo e contraditório sobre as relações raciais no Brasil (SILVA; TOBIAS, 2016). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), profundamente impactada pelos horrores da Segunda Guerra Mundial, especialmente pelo nazismo e suas ideologias racistas, tomou a iniciativa de promover uma série de pesquisas voltadas para o estudo das questões raciais. Com o objetivo de combater o racismo e difundir o conhecimento científico sobre o tema, a Unesco dedicou-se a coletar materiais e dados científicos relevantes. Além disso, a organização buscou disseminar amplamente essas informações, preparando uma campanha educacional com a intenção de conscientizar e educar a sociedade sobre os perigos do preconceito racial e as bases científicas que refutam tais ideologias (SILVA; TOBIAS, 2016). Sobre a discriminação racial podemos afirmar que:

Os estudos patrocinados pela Unesco que se detiveram na análise das relações raciais nas regiões mais industrializadas do país, ao invés de confirmarem a visão até então mundialmente conhecida de que o Brasil é um país onde não há discriminação racial, mostraram exatamente o contrário: o racismo e a discriminação racial são fenômenos presentes na sociedade brasileira, e a cor, ao contrário do senso comum da época, é critério que fundamenta o tratamento desigual entre negros e brancos (SILVA; TOBIAS, 2016, p. 182).

Com base nas reflexões levantadas, podemos compreender que o conceito de mobilidade social no Brasil está intrinsecamente relacionado a uma série de fatores que vão além da cor da pele de um indivíduo. Os estudos mencionados indicam que a cor, por si só, define o papel que uma pessoa desempenha na sociedade, desafiando assim a noção simplista de que a raça é o único determinante de status social (SILVA; TOBIAS, 2016). No entanto, a questão racial ainda desempenha um papel crucial na estrutura social brasileira. Ao longo da história, a ideia de democracia racial, que sugere uma convivência harmônica e igualitária entre diferentes grupos raciais, foi promovida como um ideal nacional, muitas vezes usada para ocultar as profundas desigualdades raciais existentes. Hoje, entretanto, novos estudos buscam reinterpretar essa noção, sugerindo que a democracia racial pode ser vista não apenas como uma ideologia imposta pelas elites, mas também como um conceito que, de alguma forma, contribuiu para a organização das relações sociais entre negros e brancos no Brasil (SILVA; TOBIAS, 2016).

Esses estudiosos propõem que, embora a ideia de democracia racial tenha sido utilizada para mascarar a realidade do racismo, ela também pode ter um papel positivo ao promover a integração e a convivência pacífica entre diferentes grupos raciais. Contudo, isso não significa ignorar as desigualdades persistentes, mas sim reconhecer que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária depende de uma análise crítica das relações raciais e da mobilidade social, considerando todos os fatores que influenciam a posição de um indivíduo na sociedade. Dessa forma, a democracia racial pode servir como um ponto de partida para a promoção de mudanças sociais que verdadeiramente reflitam a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira (SILVA; TOBIAS, 2016).

No Brasil, a interseção entre raça e classe social está profundamente enraizada na estrutura histórica do país. O preconceito e a discriminação são amplamente manifestados nas desigualdades sociais e econômicas, onde indivíduos de raças negras e indígenas, que foram historicamente marginalizados, enfrentam barreiras significativas ao acesso a oportunidades e recursos. Essa associação entre raça e classe perpetua um ciclo de exclusão e pobreza, onde a cor da pele muitas vezes determina as chances de ascensão social. Mesmo com avanços na legislação e políticas afirmativas, o preconceito estrutural que vem de um conceito sociológico e antropológico que busca explicar como as desigualdades são mantidas e reproduzidas em um nível sistêmico, não se limitando a comportamentos ou atitudes individuais, mas incorporados no funcionamento das instituições e estruturas sociais. Nisso continua a reforçar a segregação racial e social, demonstrando que a questão do racismo no Brasil não é apenas uma questão de intolerância, mas também de profunda desigualdade sócio-econômica. Para Aguiar (2007) aborda a diferença entre classe social e estamento, destacando os critérios que determinam a pertença a cada um desses grupos. A classe social é uma categoria baseada principalmente em aspectos econômicos, como a posse de bens materiais que têm importância significativa no mercado. A distribuição desigual desses recursos econômicos resulta na formação de diferentes classes sociais, onde os indivíduos são agrupados de acordo com sua capacidade de acesso e controle sobre esses bens. Por outro lado, o conceito de estamento ou grupo de status se refere a uma forma de estratificação social que não é necessariamente baseada em fatores econômicos, mas sim em critérios como honra, prestígio social e modos de vida específicos. Nesse caso, o pertencimento ao grupo é determinado por normas e valores culturais que definem o que é considerado digno de respeito e honra. Esses grupos estabelecem regras e comportamentos específicos que os membros devem seguir para manter sua posição e serem reconhecidos dentro do grupo. Enquanto a classe social está diretamente ligada à distribuição de riquezas e recursos, os estamentos ou grupos de status estão mais relacionados a um reconhecimento social baseado em tradições, costumes e valores compartilhados. Dessa forma, a distinção entre classe e estamento revela diferentes formas de organização social, onde o poder e o prestígio podem ser distribuídos de acordo com fatores econômicos ou socioculturais.

CASOS CONCRETOS DIVULGADOS NA MÍDIA

A divulgação de casos concretos de racismo na mídia é fundamental para conscientizar a sociedade sobre a gravidade e a persistência desse problema no Brasil. Ao expor publicamente esses episódios, cria-se um espaço para debate, visibilizando as vítimas e mostrando como o racismo se manifesta em diferentes contextos, como o mercado de trabalho, a educação e o convívio social. Essa visibilidade ajuda a pressionar instituições e autoridades a adotarem medidas mais eficazes no combate ao racismo, seja por meio de políticas públicas, ações afirmativas ou mudanças legislativas. Além disso, a exposição na mídia também promove a educação e a reflexão, incentivando mudanças de comportamento e a adoção de práticas anti racistas no cotidiano, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Justino et al. (2023):

Em junho deste ano, o diretor da Escola Estadual Adelina Issa Ashcar, na Zona Sul de São Paulo, perdeu o cargo após a mãe de uma aluna de 6 anos denunciar omissão por parte do colégio.

A criança foi vítima de agressão e racismo é transferida de escola. A Secretaria da Educação concluiu as investigações e decidiu pela "cessação da designação de diretor". Inicialmente, ele tinha sido afastado por 24 dias.

A mãe da menina contou que em maio, a filha chegou em casa com diversos hematomas e que a escola pouco fez para acolher a família e apurar o caso.

As lesões aconteceram nos olhos, quadril e virilha — e teriam sido provocadas por outras duas crianças da mesma faixa de idade. Ela também foi xingada de “feia”, “cabelo feio” e “urubu”.

"Eles disseram que era normal e que minha filha tinha que ter falado na hora. Que ela ia ter que falar. Eu tive que mostrar as lesões no corpo da minha filha. O diretor disse que não estava vendo nada e que isso não poderia ter ocorrido dentro da minha casa", relatou a mãe à época (JUSTINO, 2023, ONLINE).

Segundo Souza et al. (2013):

Há duas semanas, o técnico de informática Leandro Rodrigues, de 18 anos, foi maltratado dentro de um restaurante, na cidade de Governador Valadares, Leste de Minas Gerais. Ele acredita que a motivação foi a cor da pele.

"Com certeza foi uma situação de discriminação por eu ser negro. Eu não estava bem vestido, mas estava fazendo o meu prato normalmente para almoçar e quando levei o prato para ser servido pelo churrasqueiro do restaurante ele disse que aquela carne não era para mim. Antes eu já senti um preconceito quando ele deixou outras pessoas passar na minha frente na fila de pesagem", conta Leandro (SOUZA, 2013, ONLINE).

COMO ESTES CASOS REPRESENTAM A QUESTÃO MAIOR DO RACISMO BRASILEIRO

O racismo é um problema persistente no Brasil, que continua a se manifestar de diversas formas em diferentes esferas da sociedade. Recentemente, os noticiários têm destacado uma série de incidentes que evidenciam a presença contínua do racismo estrutural no país. Desde episódios de discriminação explícita em espaços públicos e privados, até a violência policial desproporcional contra a população negra, as notícias refletem um padrão histórico de exclusão e desigualdade racial. Esse conceito reflete o sistema racial brasileiro, no qual a desigualdade incentiva os indivíduos a se autodeclararem como pertencentes à raça dominante (branca), devido aos privilégios associados a essa identificação (PEREIRA, 2017). Casos de racismo no ambiente de trabalho, na mídia e até em instituições de ensino são frequentemente reportados, mostrando como o preconceito racial ainda está enraizado em várias camadas da sociedade brasileira. Além disso, a internet e as redes sociais têm se tornado palco para a disseminação de discursos de ódio, onde pessoas negras são alvo de ataques racistas, muitas vezes sem consequências adequadas para os agressores. Blumer, ao descrever o processo de constituição racial, argumenta que são disputados recursos e, eventualmente, um dos grupos desenvolve um sentimento de superioridade sobre o outro, enxergando o grupo subordinado como diferente e estranho. A partir daí, o grupo dominante passa a acreditar que tem o direito de propriedade sobre determinadas áreas e desenvolve um medo e desconfiança de que o grupo subordinado possa almejar os mesmos privilégios (BLUMER, 2013).

De acordo com Pereira:

O termo —raça, conforme afirmamos acima, se diferencia entre o sentido dado pela biologia ou pela sociologia. O grande problema é que, durante o século XIX, a ciência passou a estudar os seres

humanos com base no conceito biológico de raça; ou seja, delimitou grupos raciais e legitimou estas diferenças com base nas características de ordem genética e fenotípica. Dando origem ao que chamamos de racismo científico, atualmente, considerado uma pseudociência, legado da teoria evolucionista e do darwinismo social (PEREIRA, 2013, p. 5).

O conceito de raça, quando compreendido em sua definição sociológica, revela-se essencial para a análise das relações raciais, sobretudo em contextos marcados por desigualdade, pois pode ultrapassar a ideia de diferenças biológicas e revela - se como uma construção social e histórica. Negar esse conceito significa, em muitos casos, ignorar a própria existência dos conflitos que ele ajuda a explicar. Isso é particularmente preocupante quando discursos antirracistas se aproximam de um humanismo universalista que, ao nivelar o problema racial, corre o risco de obscurecer as especificidades das desigualdades raciais. Assim, é crucial não apenas reconhecer o conceito de raça, mas também integrá-lo a uma análise histórica detalhada, para que possamos desenvolver estratégias eficazes de combate ao racismo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo, apesar de ser uma força opressora, é paradoxalmente o que torna necessária a articulação política em torno da categoria raça, pois mesmo que o conceito tenha sido historicamente usado para justificar a segregação e a hierarquização de pessoas, ele também acaba sendo mobilizado como uma categoria de resistência. No Brasil, a compreensão de ser negro está profundamente enraizada na experiência do racismo, que, mesmo não sendo vinculada a uma unificação religiosa, cultural ou tradicional entre os negros, é uma constante na história e nas vivências desses indivíduos. A polarização entre negros e brancos emerge socialmente, assim, como uma resposta a realidade, onde o racismo, independentemente das práticas identitárias e das diversas formas de vivência da negritude, desempenha um papel central na formação da identidade negra. “A própria história nos mostra que o racismo é um fenômeno que, além de unificar reativamente os negros, também os apresenta e os caracteriza como um coletivo homogêneo, longe de refletir a realidade do universo das inúmeras diferenças entre os indivíduos negros” (SCHUCMAN, 2010, p. 52).

A necessidade urgente de ações mais efetivas por parte do governo e da sociedade civil para combater o racismo. Campanhas de conscientização, mudanças legislativas e a promoção de uma educação antirracista são alguns dos caminhos apontados para a construção de um país mais justo e igualitário. No entanto, a implementação dessas medidas enfrenta resistência em diversos setores, o que demonstra a complexidade do desafio de erradicar o racismo no Brasil. Para Schucman (2010) as identidades de brancos e negros são construídas de maneira relacional e dependem do contexto em que se encontram, sendo definidas por fatores políticos, históricos e sócio-culturais. Assim, as categorias de "branco" e "negro" não possuem essências fixas, mas são constantemente ressignificadas de acordo com o ambiente sócio-histórico em que indivíduos e grupos se inserem. A igualdade formal, ao tratar todos de forma idêntica em normas gerais e abstratas, acaba sendo apenas uma igualdade presumida, pois não leva em consideração os processos sociais que geram desigualdades. Quando essas desigualdades são identificadas, essa presunção de igualdade deixa de ser vantajosa e se transforma em um obstáculo, dificultando a percepção das necessidades específicas de grupos que, por não terem as mesmas oportunidades, não conseguem alcançar os mesmos espaços que aqueles em condições sociais mais favoráveis (SILVA; TOBIAS, 2016). A crescente visibilidade dos casos de racismo, impulsionada pela cobertura midiática e pela mobilização social, é um passo importante para manter o tema em discussão e pressionar por mudanças concretas. Entretanto, é fundamental que essa visibilidade se traduza em ações concretas e na responsabilização dos envolvidos, para que se possa avançar na construção de uma sociedade onde todas as pessoas, independentemente de sua cor, possam viver com dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. **A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade.** Caderno de Pesquisas da CDHIS, [s. l.], ano 20, n. 36/37, p. 83 - 88, 2007.

ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo 1888 - 1988.** São Paulo: Edusc, 1998.

ARENDT, Hannah. **O Pensamento racial antes do racismo.** Em Arendt, Hanna. **As origens do totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BLUMER, Herbet. **Preconceito de raça como sentido de posição de grupo.** Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 20.1, 2013, p.145-154.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil.** In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo: p. 26-44, novo 1995

JUSTINO, Gustavo *et al.* **Escravo', 'urubu': crianças são vítimas de racismo; denúncias passam de 3 mil em escolas estaduais em SP em 2023:** Casos de bullying e humilhação também cresceram nos últimos anos. Número foi obtido com exclusividade pela reportagem do SP1, via Lei de Acesso à Informação, e alerta para a gravidade do problema dentro do ambiente escolar no estado.. [S. l.], 10 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/10/mais-de-3-mil-boletins-de-ocorrencia-de-casos-de-racismo-em-escolas-estaduais-de-sp-foram-registrados-em-2023.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Inclusão Social: um debate necessário?.** [S. l.], 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.ufmg.br//inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 4 set. 2024.

PEREIRA, Júlia Audujas. **O conceito de raça e racismo brasileiro.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH: Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, p. 1- 16, 2017.

PIERSON, Donald. **Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial.** São Paulo, Ed. Nacional, 1945.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão.** Psicologia Política. v. 10, n. 19, p. 44 - 55, jan/jun 2010.

SILVA, Maria Nilza da. **O Negro no Brasil: Um problema de raça ou de classe?.** 2. ed. Londrina: Revista Mediações, 2000. 99 - 124 p. v. 5.

SILVA, Roberto da; TOBIAS, Juliano da Silva. **A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 65, p. 177-199, dez. 2016.

SOUZA, Diego *et al.* **Rapaz é vítima de discriminação racial em restaurante de Valadares:** Leandro Rodrigues foi maltratado enquanto se preparava para almoçar. Racismo e injúria racial ainda são comuns, diz Polícia Civil de Valadares. Governador Valadares, 19 nov. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2013/11/rapaz-e-vitima-de-discriminacao-racial-em-restaurante-de-valadares.html>. Acesso em: 29 ago. 2024.